



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº2441/2026/PMCO/TO

I – DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura, eventual e parcelada prestação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado à internet, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter usando infraestrutura de Fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários a execução do serviço e suporte técnico, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipal de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente de Colinas do Tocantins/TO, para o período estimado de doze (12) meses.

1.2. Das descrições/especificações dos itens e dos quantitativos e dos valores estimados

1.2.1. Considerar para efeito da elaboração da proposta de preço a descrição dos itens, constantes neste Termo de Referência, conforme detalhado abaixo:

LOTE ÚNICO								
Lote Único	Itens	Descrição	Unidade	Quantidade prevista de Serviços	Período Estimado (Meses)	Preço Unitário Estimado	Valor por mês Estimado	Valor Total Para o período de 12 meses Estimado
Prestação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado a internet, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término do contrato, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter usando infraestrutura de Fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários a execução do serviço e suporte técnico, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO, e dos Fundos Municipal de Assistência Social, Meio Ambiente e	1.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO , na velocidade de 500Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.	Serviço	75	12	323,62	24.271,50	291.258,00
	2.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO , na velocidade de 10Mbps, com disponibilidade 24	Serviço	31	12	117,78	3.651,18	43.814,16



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

Saúde de Colinas do Tocantins/TO, para o período estimado de doze (12) meses.		(vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.						
	3.	PONTO DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO (incluso 01 (um) Routerboard RB4011iGS+RM 1400MHZ ESPECIFICAÇÕES : Arquitetura: ARM 32 bits; CPU: AL21400; Núcleos de CPU: 4; Frequência nominal da CPU: 1400 MHz; Dimensões 228 x 120 x 30 mm; Licença RouterOS: 5; Sistema operacional: RouterOS; Tamanho da RAM: 1 GB; Tamanho de armazenamento: 512 MB; Tipo de armazenamento: NAND), na velocidade de 500Mbps , com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado no Datacenter da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO através da infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos	Serviço	1	12	293,35	293,35	3.520,20



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

		necessário para perfeito funcionamento e suporte técnico.						
	4.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, na velocidade de 700Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico. Incluso: 01 (um) Roteador Mikrotik Riuterboard Rb750gr3 Hex 10/100/1000 Mbps	Serviço	1	12	439,38	439,38	5.272,56
	5.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO (01 (um) Roteador Mikrotik Routerboard Rb750gr3 Hex 10/100/1000 Mbps),na velocidade de 500 Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito	Serviço	1	12	332,06	332,06	3.984,72



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

		funcionamento e suporte técnico.						
Valor Total do Lote								R\$ 347.849,64

1.2.2. Caso o item apresente descrição diferente daquela registrada no Portal Nacional de Compras Públicas – compraspv, deverá ser considerada a descrição constante neste Termo de Referência, tendo em vista não haver Catmat disponível com a descrição exata do item pretendido.

1.2.3. O custo estimado da contratação é de **R\$ 347.849,64 (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme valores unitários apostos na tabela constante no subitem 1.2.1. deste Termo de Referência, cujo valores foram obtidos através de pesquisa de preço realizada pelo Departamento de Compras e Orçamento desta municipalidade. (Pesquisa de Preço e Planilha de Estimativa, consta nos autos do Processo Administrativo Nº2441/2026/PMCO/TO).

1.3. Do enquadramento do objeto como serviço comum

1.3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se como serviços comuns de que trata a Lei Nº14.133/2021 e o Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, por possuir padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais de mercado, podendo, portanto, será licitado por meio da modalidade Pregão.

1.4. Da justificativa da Contratação

1.4.1. Em um contexto em que a agilidade das informações e a eficiência na gestão do tempo são fatores essenciais à Administração Pública, a indisponibilidade desses recursos pode ocasionar prejuízos significativos, tanto de ordem financeira quanto à imagem institucional desta municipalidade perante a sociedade.

1.4.2. A contratação do serviço de internet visa atender à demanda por disponibilização de sinal de internet, consistindo na implantação de infraestrutura de comunicação rápida na Administração Pública de Colinas do Tocantins/TO, abrangendo a zona urbana e rural, proporcionando maior agilidade na troca de informações, envio de documentos digitais, utilização de serviços online e execução de atividades administrativas, contribuindo para o adequado desempenho dos trabalhos da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente.

1.4.3. Uma conexão à internet confiável é essencial para garantir que os serviços públicos funcionem de maneira eficiente e eficaz, possibilitando acesso rápido e seguro a bancos de dados, sistemas de informação, correio eletrônico e demais recursos necessários à Administração Pública.

1.4.4. No contexto da crescente digitalização da Administração Pública, a utilização de soluções tecnológicas eficientes constitui medida indispensável para a modernização dos processos administrativos e a ampliação do acesso da população aos serviços públicos. Nesse cenário, a disponibilidade de conexão à internet de alta qualidade mostra-se essencial para garantir maior eficiência operacional, celeridade na tramitação das informações e melhoria contínua na prestação dos serviços públicos.



1.4.5. Uma conexão à internet robusta também possibilita o aprimoramento da comunicação entre a Prefeitura Municipal e os cidadãos, permitindo o acesso a informações públicas, a participação em consultas públicas e processos de tomada de decisão, além de incentivar o engajamento cívico.

1.4.6. A disponibilidade de internet de qualidade é essencial para apoiar iniciativas institucionais, como capacitação de servidores públicos, acesso a plataformas digitais e desenvolvimento de programas que contribuam para o fortalecimento das políticas públicas e para o desenvolvimento socioeconômico local.

1.4.7. Considerando que os serviços públicos estão cada vez mais sendo disponibilizados em plataformas digitais, torna-se imprescindível uma conexão à internet estável e confiável, a fim de assegurar que os cidadãos tenham acesso contínuo e seguro aos serviços ofertados pela Administração.

1.4.8. Considerando que a Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO busca atender, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades organizacionais, faz-se necessária a disponibilização de serviço de internet adequado para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais.

1.4.9. No âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, a contratação se faz indispensável em razão da necessidade de manutenção dos serviços e programas vinculados, os quais demandam alimentação contínua de sistemas informatizados por meio da internet, visando proporcionar melhor atendimento aos beneficiários e munícipes. A contratação também se justifica para suporte às atividades desenvolvidas nos projetos sociais junto ao CRAS e CREAS, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços prestados.

1.4.10. No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a contratação é imprescindível para assegurar o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, do Hospital Municipal e demais setores vinculados, viabilizando o acesso a sistemas de informação em saúde, registros eletrônicos e integração com plataformas do Governo Federal, essenciais à prestação dos serviços de saúde pública.

1.4.11. No que se refere à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a contratação justifica-se pela necessidade de suporte às atividades administrativas, à comunicação institucional e à execução das políticas públicas ambientais, que dependem diretamente de acesso contínuo e confiável à internet.

1.4.12. A contratação dos serviços de telecomunicações para implementação, operação e manutenção de link de acesso síncrono e dedicado à internet, com disponibilidade de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, é necessária para viabilizar a alimentação de sistemas governamentais, a realização de atividades administrativas, a comunicação institucional, a prestação de contas junto aos órgãos de controle e a integração com outras instituições.

1.4.13. Ademais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a conectividade é indispensável para assegurar a continuidade das atividades administrativas, a integração entre os órgãos municipais e o adequado funcionamento dos serviços públicos ofertados à população.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

1.4.14. Portanto, a contratação pretendida mostra-se imprescindível à Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO e aos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços públicos, bem como o pleno funcionamento das unidades administrativas, assegurando o adequado desempenho das atividades institucionais.

1.4.15. Das quantidades estimadas

1.4.15.1. No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto neste Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em um levantamento realizado pela Diretoria de Tecnologia de Informação de desta municipalidade, setor responsável pela supervisão do fornecimento de internet.

1.4.15.2. Os quantitativos constantes na tabela acima, são estimados e correspondem ao número máximo de solicitações a serem autorizados, mediante teto financeiro estimado, não sendo a Administração obrigada a consumi-lo em sua totalidade.

1.4.15.3. Os quantitativos estimados relacionados neste Termo de Referência não geram qualquer tipo de obrigação ao Órgão Gerenciador e aos Órgãos Participantes, podendo a Administração promover a contratação dos serviços, de acordo com suas necessidades, obedecendo à legislação pertinente.

1.4.15.4. Os quantitativos e elementos técnicos e seus encartes descritos neste Termo de Referência, são os mínimos necessários com vistas a assegurar a prestação satisfatoriamente dos serviços, com as mínimas condições técnicas e de qualidade necessárias à sua realização com eficiência, de acordo com a legislação que rege o assunto.

1.4.15.5. Dos quantitativos e dos valores estimados por Órgão Gerenciador e por Órgão Participante.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS/TO							
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade prevista de Serviços	Período Estimado (Meses)	Preço Unitário máximo fixado (serviço)	Valor estimado por mês	Valor Total Estimado Para o período de 12 meses
1.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, na velocidade de 500Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.	Serviço	18	12	323,62	5.825,16	69.901,92
2.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM	Serviço	31	12	117,78	3.651,18	43.814,16



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	EQUIPAMENTO EM COMODATO , na velocidade de 10Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.						
3.	PONTO DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO (incluso 01 (um) Routerboard RB4011iGS+RM 1400MHZ ESPECIFICAÇÕES: Arquitetura: ARM 32 bits; CPU: AL21400; Núcleos de CPU: 4; Frequência nominal da CPU: 1400 MHz; Dimensões 228 x 120 x 30 mm; Licença RouterOS: 5; Sistema operacional: RouterOS; Tamanho da RAM: 1 GB; Tamanho de armazenamento: 512 MB; Tipo de armazenamento: NAND), na velocidade de 500Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado no Datacenter da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO através da infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessário para perfeito funcionamento e suporte técnico.	Serviço	01	12	293,35	293,35	3.520,20
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 117.236,58
ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade prevista de Serviços	Período Estimado (Meses)	Preço Unitário máximo fixado (serviço)	Valor estimado por mês	Valor Total Estimado Para o período de 12 meses
1.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM	Serviço	12	12	323,62	3.883,44	46.601,28



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	EQUIPAMENTO EM COMODATO, na velocidade de 500Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter do Fundo Municipal de Assistência Social, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.						
2.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO (01 (um) Roteador Mikrotik Routerboard Rb750gr3 Hex 10/100/1000 Mbps),na velocidade de 500 Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.	Serviço	1	12	332,06	332,06	3.984,72
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 50.586,00
ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE							
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade prevista de Serviços	Período Estimado (Meses)	Preço Unitário máximo fixado (serviço)	Valor estimado por mês	Valor Total Estimado Para o período de 12 meses
1.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, na velocidade de 500Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos	Serviço	14	12	323,62	4.530,68	54.368,16



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

	necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.						
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 54.368,16
ÓRGÃO GERENCIADOR: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade prevista de Serviços	Período Estimado (Meses)	Preço Unitário máximo fixado (serviço)	Valor estimado por mês	Valor Total Estimado Para o período de 12 meses
1.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, na velocidade de 500Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico.	Serviço	31	12	323,62	10.032,22	120.386,64
2.	PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, na velocidade de 700Mbps, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, mediante implantação de link de comunicação de dados de ativa a ser instalado no Datacenter do Fundo Municipal de Saúde, através de infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários para o perfeito funcionamento e suporte técnico. Incluso: 01 (um) Roteador Mikrotik Routerboard Rb750gr3 Hex 10/100/1000 Mbps".	Serviço	1	12	439,38	439,38	5.272,56
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 125.659,20

1.4.15.5.1. As quantidades informadas acima foram mensuradas levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em um levantamento realizado pela Diretoria de Tecnologia de Informação de desta municipalidade, setor responsável pela supervisão do fornecimento de internet. Considerando ainda uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão da prestação dos serviços acima especificados, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

1.4.15.5.2. As quantidades estimadas da prestação de serviços de fornecimento de link de internet, é para atendimento às manutenções abaixo especificadas e demais que virem a surgir no decorrer da vigência do Instrumento Contratual de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde de Colinas do Tocantins:

- 1.4.15.5.2.1. Manutenção do Gabinete do Prefeito;
- 1.4.15.5.2.2. Manutenção da Secretaria e Ordem Pública;
- 1.4.15.5.2.3. Manutenção/ Secretaria Esporte /Cultura;
- 1.4.15.5.2.4. Secretaria Municipal de Administração;
- 1.4.15.5.2.5. Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças;
- 1.4.15.5.2.6. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras;
- 1.4.15.5.2.7. Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;
- 1.4.15.5.2.8. Manutenção do Centro de Especialidades em Odontologia;
- 1.4.15.5.2.9. Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS;
- 1.4.15.5.2.10. Manutenção dos Programas da Atenção Básica;
- 1.4.15.5.2.11. Manutenção do Ambulatório de Especialidades Médicas;
- 1.4.15.5.2.12. Manutenção do Hospital Municipal de Colinas;
- 1.4.15.5.2.13. Manutenção do CAPS AD III;
- 1.4.15.5.2.14. Manutenção da Clínica de Fisioterapia;
- 1.4.15.5.2.15. Manutenção da Farmácia Básica;
- 1.4.15.5.2.16. Manutenção da Vigilância Sanitária;
- 1.4.15.5.2.17. Manutenção da Vigilância Epidemiológica;
- 1.4.15.5.2.18. Manutenção do Núcleo de Controle de Zoonoses;
- 1.4.15.5.2.19. Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 1.4.15.5.2.20. Manutenção do CRAS;
- 1.4.15.5.2.21. Manutenção do CREAS;
- 1.4.15.5.2.22. Manutenção do Cadastro Único;
- 1.4.15.5.2.23. Manutenção do Programa Criança Feliz;
- 1.4.15.5.2.24. Manutenção da Casa Lar;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- 1.4.15.5.2.25. Manutenção do CCI;
- 1.4.15.5.2.26. Manutenção da Secretaria de Produção e Desenvolvimento;
- 1.4.15.5.2.27. Manutenção do Viveiro de Mudas;
- 1.4.15.5.2.28. Manutenção do Terminal Rodoviário;
- 1.4.15.5.2.29. Manutenção e apoio ao Abatedouro de Aves;
- 1.4.15.5.2.30. Manutenção dos Quiosques e do Mercado Público Municipal.

1.4.16. Resultados Esperados com a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

1.4.16.1. A contratação do serviço possui natureza contínua por serem essenciais as secretarias e departamentos públicos. Para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção pode comprometer a continuidade das atividades finalísticas bem como ao seu suporte. Portanto, os resultados pretendidos com a referida contratação serão:

- 1.4.16.1.1. Estabilidade e Continuidade dos Serviços Públicos.
- 1.4.16.1.2. Melhoria na Conectividade e Qualidade dos Serviços.
- 1.4.16.1.3. Garantir a disponibilidade de sistemas e serviços essenciais às atividades administrativas da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde.
- 1.4.16.1.4. Garantir disponibilidade da rede e evitar paradas por falhas ou desastres.
- 1.4.16.1.5. Garantir a largura de banda adequada para a transmissão de dados.
- 1.4.16.1.6. Assegurar a aplicação de ferramentas de Segurança da Informação objetivando atendimento as legislações de proteção de dados.
- 1.4.16.1.7. Prover acesso à internet link dedicado em caráter contínuo, ininterrupto de forma a operacionalizar o funcionamento dos diversos sistemas necessários à consecução das atividades da Prefeitura Municipal, dos Fundos Municipais e Secretaria Municipais.
- 1.4.16.1.8. Maior velocidade na transmissão da internet, tornando mais eficiente e ágil a prestação dos serviços ao público em geral e as tarefas laborais.
- 1.4.16.1.9. Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência.
- 1.4.16.1.10. Com a demanda pretendida, essa Administração deseja garantir a eficiência operacional, redução de custos, flexibilidade e adaptabilidade, bem como segurança e conformidade.

1.5. Da Fundamentação Legal

1.5.1. O procedimento licitatório a ser adotado obedecerá, integralmente, ao que estabelece a Lei Federal Nº 14.133/2021 e o Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, e respectivas e posteriores alterações e todas as demais normas e legislação vigente e aplicáveis ao presente instrumento.



II – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A licitação para a contratação do objeto deste Termo de Referência, será processada na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob Registro de Preço, com a adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço Por Lote Único**.

2.1.1. A licitação será por lote único, em vista disto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente à falta de padronização e uniformização. O critério de julgamento será o **Menor Preço Por Lote Único**, observadas as exigências no Edital e Anexos quanto às especificações do objeto.

2.2. De acordo com disposto na Lei 14.133/2021, pode-se justificar a adoção por lote único com fundamentação nos seguintes aspectos, obedecendo o Art. 40:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos

ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item

do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

1) **Economia de Escala:** Consolidar todos os itens em um único lote pode proporcionar economia de escala na aquisição de bens ou serviços. Isso pode resultar em preços mais competitivos e melhores condições comerciais junto aos fornecedores.

2) **Simplificação do Processo:** Reduzir o número de lotes simplifica o processo de licitação, tanto para os órgãos públicos quanto para os licitantes. Isso pode resultar em uma redução do tempo e dos recursos necessários para conduzir a licitação.

3) **Facilidade de Gestão:** Gerenciar um único contrato é mais simples e requer menos esforço administrativo do que gerenciar vários contratos separados. Isso pode facilitar a gestão do contrato ao longo do tempo e reduzir a carga de trabalho para os responsáveis pela administração do contrato.

4) **Integração e Compatibilidade:** Ao agrupar diferentes itens em um único lote, é possível garantir uma maior integração e compatibilidade entre eles. Isso é especialmente importante em projetos complexos que envolvem múltiplos componentes ou sistemas que precisam funcionar em conjunto.

5) **Redução de Riscos:** Consolidar os itens em um único lote pode reduzir os riscos associados à coordenação e integração de diferentes fornecedores e contratos. Isso pode ajudar a evitar atrasos, conflitos e problemas de qualidade que podem surgir quando vários fornecedores estão envolvidos.

2.3. O não parcelamento neste caso, demonstra-se técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, a agilidade e eficiência na prestação dos



serviços e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

2.4. Portanto, haverá um ganho na economia de escala, uma vez que, quantidades a serem adquiridas pela licitante vencedora do lote será muito maior, condição propiciadora de obtenção dos insumos a valores menores. Com isso, poderá ocorrer economia no valor final de cada item, refletindo, tal fato, no valor final da contratação. Cabe ainda ressaltar que o agrupamento visará tornar o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecedor, fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação.

2.1.2. Do órgão Gerenciador

2.1.2.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização do Pregão Eletrônico, oriundo deste Termo de Referência, será a Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

2.1.3. São Órgãos Participantes da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante o referido pregão:

2.1.3.1. Fundo Municipal de Assistência Social;

2.1.3.2. Fundo Municipal de Meio Ambiente;

2.1.3.3. Fundo Municipal de Saúde.

2.2. Da Justificativa da adoção do Sistema de Registro de Preço

2.2.1. O Sistema Registro de Preços utilizado para a presente aquisição está fundamentado nos artigos 82 a 86 da Lei Nº 14.133/2021 e Seção I – Do Sistema de Registro de Preços - dos Procedimentos Auxiliares do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, considerando a celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados; o atendimento de demandas imprevisíveis, a possibilidade da participação de pequenas e médias empresas em virtude da entrega ou fornecimento do bem ou serviço registrado ocorrer de forma parcelada.

2.2.2. Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços por se tratar de serviços cuja necessidade dar-se-á de forma variada e parcelada, além disso, a natureza do objeto não permite a definição prévia e exata do quantitativo demandado pela Administração.

2.2.3. Das Definições Importantes

2.2.3.1. **Sistema de Registro de Preços** – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

2.2.3.2. Ata de Registro de Preço – ARP – documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Instrumento Convocatório e propostas apresentadas.

2.2.3.3. **Órgão Gerenciador** – órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços da Ata de Registro de Preços dele decorrente.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

2.2.3.4. Órgão participante – órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a Ata de Registro de preços.

2.2.3.5. Órgão Não Participante – órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de Registro de Preço.

2.2.3.6 “Cota Principal” – corresponde à porcentagem remanescente do quantitativo total posterior à retirada do percentual referente à cota reservada do item/objeto a ser licitado. Esta cota/item está aberta para a participação de todos os interessados que militem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, inclusive as licitantes enquadradas conforme a Lei Complementar nº123/2006.

2.2.3.7. “Cota Reservada” – quantitativo correspondente de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total do item/objeto a ser licitado. Esta cota/item é reservada para a participação apenas das licitantes que se enquadrem como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, sem prejuízo da sua participação quanto a cota principal, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar.

2.2.3.8. O Órgão Gerenciador e o Órgão Participante não estão obrigados a adquirir as quantidades total ou parcial do objeto adjudicado constante neste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços a ser firmada, vez que, as quantidades lá contidas são estimativas de consumo.

2.9. Da Justificativa do Critério do Julgamento e da Adjudicação da Contratação

2.9.1. O julgamento pelo critério de **menor preço por lote único**, com adjudicação por lote, justifica-se em razão da necessidade de garantir a padronização dos serviços, a compatibilidade técnica entre os itens e a eficiência na gestão contratual, evitando a fragmentação do objeto.

2.9.2. Ademais, tal critério proporciona maior economicidade à Administração Pública, uma vez que possibilita a obtenção de melhores condições comerciais, em razão do ganho de escala, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para o lote, desde que atendidas todas as exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório e não seja considerada inexecutável.

2.4. Justificativa para não aceitação de empresas em forma de consórcio

2.4.1. Não será permitida a participação de interessadas constituídas sob a forma de consórcio. A vedação se justifica na medida em que nas contratações de serviços por meio de pregão é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, apresentam os requisitos mínimos exigidos no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza. Só é recomendável a autorização para a participação de empresas reunidas em consórcio quando essa medida resultar na ampliação da competição, o que geralmente ocorre quando o objeto a ser licitado apresenta elevado valor ou complexidade e elevado valor.



2.4.2. Conforme pode ser verificado com a análise dos antecedentes de tribunais de contas e de decisões judiciais, bem como na doutrina jurídica, a participação em consórcio deve ser restrita aos casos concretos **em que não se restrinja a competição ou que a amplie.**

2.5. Da Subcontratação

2.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

2.5.1.1. A subcontratado da prestação dos serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção de um link de acesso, síncrono, dedicado a internet, objeto deste Termo de Referência, será vedada devido à natureza e especificidade técnica do serviço. Essa vedação se baseia na premissa de que a prestação dos serviços requer um domínio tecnológico que são intrínsecos à empresa licitante. A integridade da cadeia de responsabilidade e a garantia de capacidade técnica da contratada exigem que a empresa vencedora do certame seja a mesma que execute o serviço de ponta a ponta, sem intermediários.

2.5.1.2. A decisão de proibir a subcontratação visa proteger o interesse público e assegurar a máxima eficiência na execução do contrato. A vedação da subcontratação garante que o serviço seja executado pela empresa que demonstrou, na fase de habilitação, possuir todos os requisitos técnicos e operacionais necessários para a prestação dos serviços.

2.5.1.3. A vedação da subcontratação visa assegurar a responsabilidade integral da contratada pela execução dos serviços, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência na prestação, bem como a observância das condições técnicas exigidas na fase de habilitação.

2.6. Do Tratamento Diferenciado para Microempresa, Empresas de Pequeno Porte

2.6.1. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto nº 8.538/2015.

2.6.2. Poderão participar do certame empresas de qualquer porte, desde que atendam às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

III – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. As licitantes deverão atender aos requisitos exigidos do Edital e deste Termo de Referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

3.1.1. Para prestação dos serviços, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto deste Estudo Técnico Preliminar, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.1.2. Fornecer os serviços de link de internet em fibra ótica, incluindo todos os equipamentos, instalações ou outros serviços necessários que permita o tráfego de dados, de/para a rede das Unidades Administrativas ao Centro de Processamento de Dados da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO, conforme localidades e respectivas velocidades descritas nos subitens **5.4. a 5.7.** deste Termo de Referência.

3.1.3. Fornecer e instalar (interna e externamente) todo o meio físico necessário para o perfeito funcionamento dos serviços, incluindo todos os equipamentos para implementar os serviços de comunicação de dados.

3.1.4. Deverá prestar os serviços de suporte técnico e manutenção dos equipamentos e serviços, a fim de garantir a alta disponibilidade e o bom funcionamento dos serviços contratados.

3.1.5. A Contratada/Detentora se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, inclusive os roteadores especificados, assumindo todos os custos dessa instalação.

3.1.6. O Link Central deverá ser instalado e configurado nos equipamentos fornecidos pela Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde (Servidor de Internet) num prazo de 5 (cinco) dias corridos podendo ser prorrogado até 7 (sete) dias corridos a contar da data de assinatura do Contrato.

3.1.7. Após o início oficial de operação do circuito contratado, quaisquer demandas de configuração em equipamento de comunicação de dados, não decorrentes de solicitações descritas no subitem anterior, deverão ser realizadas pela Contratada/Detentora em no máximo, **24 (vinte e quatro) horas.**

3.1.8. Deverá, caso mude as faixas de velocidades dos links (download e upload) para velocidades superiores àquelas previstas neste Termo de Referência, disponibilizar a nova velocidade imediatamente superior ao da velocidade contratada na localidade pelo valor igual ao vigente antes da mudança. Se o valor mensal da nova velocidade for inferior ao que era praticado para a velocidade até então Contratada/Detentora, o novo valor deverá ser estendido para todas as localidades, independente de existir disponibilidade das novas faixas de velocidades na localidade, mediante alteração contratual.

3.1.9. Garantir sigilo e inviolabilidade das informações que eventualmente possa ter acesso durante os procedimentos de instalação e manutenção de seus equipamentos, bem como durante a operação dos serviços;

3.1.10. Efetuar o acesso físico do ponto de presença da Contratada/Detentora até as demais localidades, por fibra ótica, não sendo permitida, em hipótese alguma, a utilização de equipamentos de rádio frequência ou equipamentos com tecnologia de transmissão via satélite.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.1.11. Efetuar testes de verificação de qualidade da conexão, sempre que houver solicitação do Órgão Gerenciador/Contratante, sem custos adicionais.

3.1.12. A Contratada/Detentora se responsabilizará por eventuais adaptações nas instalações físicas nas dependências do Órgão Gerenciador/Contratante, assim como a infraestrutura externa, para a implantação dos serviços contratados (passagem de cabos, lançamento de fibras ópticas, adaptação de tomadas, etc).

3.1.12.1. O prazo da prestação dos serviços é de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da ordem de chamado, no endereço específico informado pelo do Órgão Gerenciador/Contratante.

3.1.13. Deverá possuir disponibilidade medial anual de 99% da rede.

3.1.14. Providenciar a instalação de todo o cabeamento necessário, inclusive entre o quadro de distribuição interno e os equipamentos de sua propriedade. A Detentora/Contratada deverá ainda identificar o cabo lógico utilizado para a conexão ao seu equipamento.

3.1.15. A Detentora/Contratada ficará proibida de implementar qualquer filtro de pacotes que possa incidir sobre o tráfego originado ou destinado ao Contratante, a menos que tenha expressa concordância da Órgão Gerenciador/Contratante.

3.1.16. A administração da rede e o monitoramento de todos os pontos são de responsabilidade da empresa Contratada/Detentora, com acompanhamento diário da equipe de TI da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

3.1.17. O link de acesso à internet deverá possuir dimensionamento correto para garantir a transmissão de dados de acordo com as velocidades contratadas.

3.1.18. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação do link instalado devem ser fornecidos pela Contratada/Detentora.

3.1.19. A Contratada/Detentora deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade do link instalado. Caso esse requisito não seja atendido, a Contratada/Detentora não poderá refutar os meios utilizados pela CONTRATANTE para aferir as velocidades contratadas.

3.1.20. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

3.1.21. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.1.22. A Contratada/Detentora deverá monitorar e supervisionar os links da sua malha principal, diagnosticando e solucionando falhas mesmo antes do desencadeamento da notificação pelo cliente. Ficará, a Contratada, encarregada de prestar esclarecimentos a Contratante, sobre os itens supracitados, sempre que este julgar necessário.

3.1.23. O serviço contratado deverá permitir incorporar modificações ou ampliações sem que estas impliquem na interrupção do restante das conexões do cliente. Para a efetivação de tais modificações/ampliações deverá a Órgão Gerenciador/Contratante consultar a Contratada/Detentora para a definição de novas condições técnico-comerciais (viabilidade, velocidades e valores), bem como agendamento de paralisações.

3.1.24. A solução deverá, tecnologicamente, estar baseada em equipamentos que utilizem padrões vigentes no mercado e marcas líderes na sua área, propiciando a segurança dos dados.

3.1.25. A Contratada/Detentora deverá disponibilizar os links do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento, dos mesmos.

3.1.26. A Contratada/Detentora, sempre que necessitar realizar manutenção preventiva ou de ampliação em sua estrutura (Links de Acesso, substituição de meio físico, dentre outros), que possam acarretar a paralisação ou baixa de desempenho na comunicação do Link Central e/ou Unidades Remotas, deverá comunicar a Órgão Gerenciador/Contratante com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

3.1.27. A Contratada/Detentora se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 02 (duas) horas após aberto o chamado.

3.1.28. Os equipamentos, necessários a interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada/Detentora.

3.1.29. A Contratada/Detentora deverá fornecer um número de telefone para Suporte Técnico de Emergência - 24 horas (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados), para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do Link Central.

3.1.30. A Contratada, sempre que necessitar realizar manutenção preventiva ou de ampliação em sua estrutura (Links de Acesso, substituição de meio físico, dentre outros), que possam acarretar a paralisação ou baixa de desempenho na comunicação do Link Central e/ou Unidades Remotas, deverá comunicar a Contratante com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

3.1.31. Os equipamentos, necessários a interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada/Detentora.



3.1.32. O acesso físico, do ponto de presença da Contratada/Detentora até aos demais sites do Município, deverá ser efetuado por meio de cabo único de fibra ótica. Não será permitida, em hipótese alguma, a utilização de equipamentos com tecnologia de transmissão via satélite e/ou rádio, pois, estes dois tipos de tecnologia são muito suscetíveis às intempéries, podendo ocasionar problemas na transmissão de dados, os quais necessitam de extrema confiabilidade para o bom funcionamento dos serviços.

3.1.33. A Contratada/Detentora deverá configurar todas as rotas (pontos) necessárias para o perfeito funcionamento da rede contratada, bem como qualquer outra rota que venha a ser solicitada a qualquer tempo.

3.1.34. Os serviços de manutenção técnica, objeto deste edital, deverão ser prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 dias por ano.

3.1.35. Os equipamentos de acesso deverão ser entregues, instalados e configurados.

3.1.36. Que a empresa Contratada/Detentora disponibilize um centro de atendimento único através de telefone 0800, ou telefone local DDD 63 ou plataforma web para recebimento dos chamados de manutenção técnica, ou ainda outro meio para registro de chamados sem ônus adicional para o Município de Colinas do Tocantins/TO.

3.1.37. O prazo máximo para restabelecimento do circuito indisponível é de 4 (quatro) horas, contadas a partir da data e hora do chamado, ou data e hora do registro no sistema de gerenciamento de rede da contratada, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

3.1.38. Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade do serviço sempre que necessário, sem custos adicionais;

3.1.39. A Contratada/Detentora deverá apresentar licença da ANATEL em nome próprio, modalidade SCM, para explorar os serviços solicitados. Sob nenhuma hipótese serão aceitas licenças em nome de terceiros ou consórcios.

3.1.40. A Contratada/Detentora não poderá sob hipótese alguma implementar nenhum tipo de filtro de pacotes e/ou cachê transparente que possam incidir sobre o tráfego originado ou destinado à Órgão Gerenciador/Contratante.

3.1.41. A Contratada/Detentora deverá assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a fornecer os serviços decorrentes do presente Termo de Referência, sendo que o Órgão Gerenciador/Contratante, não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da Contratada/Detentora, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais ônus, reconhecimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seis empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos arts 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidente de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784/67.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.1.42. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada a execução integral das atividades contratadas.

3.1.43. A empresa deverá comprovar capacidade de atendimento no município ou região, garantindo tempo de resposta compatível com as exigências contratuais.

3.1.44. Sustentabilidade:

3.1.44.1. Economia no consumo de água e energia.

3.1.44.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.1.44.3. Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.1.44.4. Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados.

3.1.44.5. Utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis.

3.1.44.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

3.1.56. Solicitação de Documentos Técnicos

3.1.56.1. Capacidade Técnica

3.1.56.1.1. No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto deste Termo de Referência, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante prestou ou está prestando, de modo satisfatório, serviços da mesma natureza ou similares aos do presente Termo.

3.1.56.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

3.1.56.1.3. O licitante disponibilizará quando lhe for solicitado todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3.1.56.1.4. O município de Colinas do Tocantins/TO, poderá promover diligências e exigir documentos adicionais para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas, além de incorrer nas sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.1.56.1.1. Documentos a ser apresentado pela licitante vencedora, quando solicitado pela Administração

3.1.56.1.1.1. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do resultado da licitação, no Diário Oficial do Município do Colinas do Tocantins/TO, a Licitante Vencedora, sob pena de desclassificação, deverá apresentar junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins (Anexo I), Rua 23 A, 1.445 - Setor Aeroporto - Colinas do Tocantins/TO - CEP: 77.760-000 ou pelo e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br, a documentação abaixo especificada:

3.1.56.1.1.1.1. Apresentar Licença/concessão de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, da Agência reguladora, prevista na resolução nº. 614/2013 da ANATEL.

3.1.56.1.1.1.2. Apresentar declaração que conste nome e contato de preposto qualificado, declarando que o preposto indicado, atuará como representação técnica, no município de Colinas do Tocantins/TO, de forma a garantir maior agilidade no atendimento às demandas e manutenções necessárias, aos serviços objeto deste Termo de Referência.

3.1.57.1.2. O não cumprimento das exigências previstas para homologação no item 3.1.57.1.3. pela primeira classificada, ensejará a convocação das demais participantes do certame, obedecendo a ordem cronológica de classificação.

3.1.56.2. Justificativa da capacidade técnica a ser exigida do fornecedor

3.1.56.2.1. A capacidade técnica exigida do fornecedor constante no subitem **3.1.56.1.** tem como objetivo atestar, que a licitante participante do certame tem experiência em executar os serviços de forma satisfatória e que já executou objeto compatível em características e quantidades com àquele a ser contratado. Tendo como finalidade atestar e avaliar se os licitantes possuem conhecimento e experiência necessária e suficiente para a perfeita execução do objeto a ser contratado, de forma a resguardar o interesse da Administração Pública.

3.1.56.2. A exigência da apresentação de Licença/concessão de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, da Agência reguladora, prevista na resolução nº. 614/2013 da ANATEL, justifica pela previsão legal constante no artigo 60 da Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT) determina que a exploração de serviços de telecomunicações depende de prévia outorga da Anatel.

3.1.56.3. Conforme o Regulamento do SCM, aprovado pela Resolução nº 614/2013 da Anatel, o SCM é um serviço de telecomunicações de interesse coletivo que possibilita a transmissão, emissão e recepção de informações multimídia (dados, voz, imagem).

3.1.56.4. Considerando que o provimento de conexão à internet (link dedicado ou banda larga) depende obrigatoriamente de uma rede de suporte de telecomunicações, cuja outorga legítima para essa finalidade é a licença SCM.

3.2. Dos Critérios de seleção do Fornecedor

3.2.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

3.2.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **licitação**, na **modalidade Pregão**, **sob a forma Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Preço**.

Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins - Anexo I, situado na Rua 23 – Nº1445
Setor Aeroporto - CEP 77.760-000
Colinas do Tocantins/TO.

**Justiça Social com
transparência e eficiência**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

3.2.1.2. Para o fornecimento dos serviços solicitados, a interessada deverá ser comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos no que couber, previstos no art. 62 ao art. 70, da Lei nº 14.133/2021, conforme discriminados no Edital.

IV – FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES OU ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Formalização

4.1.1. O instrumento que formalizará a relação entre a Prefeitura Municipal e com os Fundos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde de Colinas do Tocantins/TO e a que prestará os serviços objeto deste Termo de Referência, será a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Instrumento Convocatório, no aviso e nas propostas apresentadas.

4.2. Da Vigência (validade) da Ata de Registro de Preço e da Possibilidade de Prorrogação e das Alterações ou Atualizações dos Preços Registrados

4.2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia último subsequente à data de divulgação no PNCP e sua publicação no Diário Oficial do Município de Colinas do Tocantins/TO, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 35 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

4.2.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

4.2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2.2. A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preço, será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de **Instrumento Contratual, emissão de Nota de Empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil**, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2.1. O Instrumento Contratual de que trata o item 4.2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.2.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Anexo VII do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

4.2.3.1. O pedido de prorrogação de prazo para realização dos serviços somente será conhecido pelo Município de Colinas do Tocantins/TO, caso o mesmo, seja devidamente



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

fundamentado e entregue no Departamento de Compras e Orçamento ou enviado via e-mail: compras@colinas.to.gov.br, antes de expirar o prazo inicialmente estabelecido.

4.3. Das Alterações ou Atualizações dos Preços Registrados

4.3.1. Os preços registrados, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual aumento superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, observando o disposto nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 41 c/c parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 42 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

4.4. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

V – DO REGIME DE EXECUÇÃO: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DO LOCAL DE INSTALAÇÃO, DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Da Execução e da Prestação dos Serviços

5.1.1. O Link Central deverá ser instalado e configurado nos equipamentos fornecidos pela Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde (Servidor de Internet) num prazo de 05 (cinco) dias corridos podendo ser prorrogado até 7 (sete) dias corridos a contar da data de assinatura do Contrato.

5.1.2. As unidades administrativas competentes dos órgãos participantes acompanharão a qualidade do sinal de internet - Link dedicado de Internet - fornecidos, verificando se suas características se encontram em conformidade com as Normas, devendo notificar ao órgão gerenciador qualquer ocorrência de irregularidades, via protocolo.

5.1.3. O fornecimento de sinal de internet - Link dedicado de Internet - Duplex serão inspecionados (qualitativa e quantitativamente) na hora da entrega.

5.1.4. Os serviços deverão ocorrer de acordo com a solicitação encaminhada pelo respectivo setor, através de ordem de serviço devidamente assinada pelo setor respectivo, conforme a necessidade do Setor Requisitante.

5.1.5. Os serviços constantes no subitem 1.2. deste Termo de Referência deverão ser prestados no endereço da Contratada/Detentora, constantes no subitem 5.3 deste Termo de Referência.

5.1.6. O Órgão Gerenciador/Contratante, em regra, encaminhará a ordem de serviço ou documento equivalente para o e-mail da Contratada/Detentora cadastrado no Município.

5.1.7. A empresa Contratada/Detentora deverá prestar o serviço nas condições e especificações constantes neste Termo de Referência e na sua Proposta apresentada no Ato Convocatório.

5.1.8. Todos os serviços serão recebidos e conferidos, por funcionários designados/informados pela Administração Municipal, que rejeitarão os que não estiverem de acordo com os pedidos de fornecimento quanto às especificações, quantidades e qualidade.



5.1.9. No momento da entrega do serviço que apresentar qualquer imperfeição ou estar em desacordo com o solicitado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação feita pelo Setor Requisitante.

5.1.10. A Contratada/Detentora deverá comunicar o Órgão Gerenciador/Contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do objeto deste Termo de Referência.

5.1.11. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos serviços somente será conhecido pelo Município de Colinas do Tocantins/TO, caso, o mesmo, seja devidamente fundamentado e entregue ao Setor de Gestão de Contratos (Gestor de Contrato), o qual vai encaminhar para Secretaria Adjunta de Licitação, para as providências cabíveis, quanto, ao deferimento ou não do pedido de prorrogação, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

5.1.12. Os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO e demais órgãos, atentando-se o proponente, principalmente para prescrição do art. nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.13. O Órgão Gerenciador/Contratante permitirá o acesso do funcionário da Contratada/Detentora, devidamente identificado, sempre que se fizer necessário, em função de operações ligadas ao projeto, e após, durante a vigência do contrato. A Contratada/Detentora responderá, na forma da lei, pelos problemas causados por seus representantes no interior das dependências do Órgão Gerenciador/Contratante.

5.1.14. A execução dos serviços e instalação dos equipamentos constantes neste memorial devem ser entregues e instalados em locais citados abaixo, com as capacidades mínimas exigidas.

5.2. Das Especificações Técnicas

5.2.1. Fornecer em forma de comodato todos os insumos necessários para o correto funcionamento das conexões.

5.2.2. A conexão deve ficar ativa 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo que as Unidades Gestoras e demais Unidades Administrativas fiquem conectadas todo o tempo, ou seja, não há procedimento de desconexão.

5.2.3. Fornecer as conexões dedicadas remotas e o Concentrador ao Contratante obrigatoriamente terrestres, implementadas por meio de pares metálicos, fibra óptica ou rádio digital, com frequência regulamentada pela Anatel, não podendo ser de frequência livre.

5.2.4. Não são permitidos acessos de última milha implementados por meio de satélite ou protocolos xDSL.

5.2.5. Os insumos devem ser fornecidos para o funcionamento dos links instalados nas dependências da Contratante, tais como:

- ✓ Cabos e adaptadores.



- ✓ Cabo de conexão de roteador como um modem ou outro equipamento utilizando para acesso.
- ✓ Cabos de energia elétrica para todos os equipamentos fornecidos.
- ✓ Adaptadores ópticos para conexões implementadas por meio de fibra óptica.

5.2.6. Deve ser fornecido modem (convencional, óptico, rádio digital, dentre outros) ou outro equipamento para permitir conexão do roteador CPE ao ambiente da CONTRATADA. Este equipamento deve operar em 110/220V.

5.2.7. Tipos de Roteadores.

5.2.7.1. Os Roteadores devem ser do tipo - Roteadores CPE (Customer Premise Equipment).

5.2.7.2. Os Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitando o uso de memória a 60% do total disponível quando da carga máxima da CPU.

5.2.7.3. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo, deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.2.7.4. Possuírem todas as facilidades de gerenciamento que permitam o fornecimento adequado de todos os serviços especificados destacando.

- a) Gerenciamento SNMP compatível com as versões v2c e v3;
- b) Protocolo SNMP habilitado, com acesso de leitura por parte do CONTRATANTE;
- c) Permissão para a configuração de “traps” por parte da CONTRATADA, a pedido da CONTRATANTE para monitoração de eventos específicos. Caso necessário, esta configuração será solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência da data real de monitoração.
- d) Suporte a MIB-II e RMON;
- e) Suporte à classificação de tráfego;
- f) Suporte de tunelamento VPN com IPsec com no mínimo os algoritmos de 168-bit 3DES, 128-bit AES e 256-bit AES para conexões VPN com IPSEC. Deve possuir hardware dedicados para aceleração de criptografia (devem ser suportados pelo menos os algoritmos 3DES e AES em hardware);
- g) Acesso à leitura de configuração por parte do Órgão Gerenciador/Contratante, através de “usuário” e “senha” específicos a serem fornecidos pela Contratada/Detentora.
- h) Deve suportar o protocolo NTP (Network Time Protocol) - RFC 1305 ou protocolo SNTP (Simple Network Time Protocol) versão 4 – RFC2030;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- i) O concentrador deverá ter pelo menos 2 (duas) interfaces LAN 100BaseTX/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede local; e número suficiente de interfaces WAN para conexão com os enlaces fornecidos;
- j) As interfaces para as conexões dedicadas remotas deverão possuir no mínimo de 1 (uma) interface 100 BaseTX para interconexão com o ambiente da rede local; e número suficientes de interfaces WAN para conexão com os enlaces fornecidos;
- k) Deve operar em 110/220V;
- l) Deve implementar a opção local de carga do sistema do equipamento via memória Flash.

5.3. Dos Locais de Instalações

5.3.1. Do Locais de Instalações - Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO

5.3.1.1. A execução dos serviços e instalação dos equipamentos constantes neste Termo de Referência, referente a Prefeitura Municipal devem ser entregues e instalados em locais citados abaixo, com as capacidades mínimas exigidas.

5.3.1.2. PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, NA VELOCIDADE DE 500Mbps

Item	Local	Endereço	Mbps
01	Anexo I da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO	Rua 23 A - Nº1445 - Setor Aeroporto - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
02	Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO (Sede)	Prefeitura Municipal de Colinas - Rua Presidente Dutra, Nº263 - Centro - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
03	Secretaria da Cultura	Av. Tocantins esq. c/ Raul do Espírito Santo, s/n Centro - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
04	Secretaria de Esporte	Rua 7 esq. c/ Av. Tiradentes, Nº1.727 Centro - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
05	Ginásio de Esporte Getúlio Rabelo	Av. Natal esq. c/ 3 Poderes, Centro - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
06	Secretaria de Obras (SUPOC)	Av. Tiradentes s/nº, Setor Campinas	500 Mbps
07	Cemitério Municipal de Colinas	Av. Bernardo Sayao, Nº855, Setor Santa Rosa - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
08	Conselho Tutelar	Av. Tenente Siqueira Campos, Nº913 - Centro - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
09	10 (dez) Pontos Não Elencados	A decidir	500 Mbps

5.3.1.2.1. Referente aos pontos que estão elencados, estes totalizam **18 (dezoito)** pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps.

5.3.1.2.1. Os pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps a serem licitados em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal totalizam em **18 (dezoito)**, onde **10 (dez)** pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Administração Municipal, bem como para futuras instalações.

5.3.1.3. PONTO DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO, NA VELOCIDADE DE 10Mbps

ITEM	LOCAL	ENDEREÇO	Mbps
01	Câmara da Rodoviária	Avenida Tocantins com Rua Raul Ribeiro de Oliveira	10 Mbps



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

02	Câmara do Trevo do Santo Antônio	BR 153 Belém Brasília) com a Rua Dom Orione	10 Mbps
03	Câmara Estrela do Norte	Cruzamento entre a Rua 15 com Rua 17	10 Mbps
04	Portal Leste	Saída para TO-335 sentido Palmeirante	10 Mbps
05	Posto Rodeio	Cruzamento entre Avenida Pedro Ludovico Teixeira e Avenida Bernardo Sayão	10 Mbps
06	Portal Oeste	Início da Avenida Pedro Ludovico Teixeira	10 Mbps
07	Vila São João	Praça da Vila São Joao, Rua Santa Fé com a Rua 6	10 Mbps
08	Prefeitura	Cruzamento entre a Avenida Presidente Dutra e Rua 7	10 Mbps
09	Tapuio	Cruzamento entre Avenida Pedro Ludovico Teixeira e Rua 3	10 Mbps
10	Cemitério	Avenida Bernardo Sayão	10 Mbps
11	Alvorada	Cruzamento entre Avenida Pedro Ludovico Teixeira e Rua 7	10 Mbps
12	Praça do Setor Sul	Cruzamento entre a Rua Raul do Espírito Santo e Rua Rio Verde	10 Mbps
13	Defesa Civil		10 Mbps
14	Praça sete de 7 setembro		10 Mbps
15	Mercado Municipal		10 Mbps
16	Rodoviária		10 Mbps
17	Praça do Santo Antônio Quadra	Bairro Santo Antônio	10 Mbps
18	Praça do Pequi	Bairro Santa Rosa	10 Mbps
19	Praça dos Trabalhadores		10 Mbps
20	Central de Flagrante Polícia Civil		10 Mbps
21	Batalhão da Polícia Militar		10 Mbps
22	10 (dez) Pontos Não Elencados	A decidir	10 Mbps

5.3.1.3.1. Referente aos pontos que estão elencados, estes totalizam **31 (trinta e um)** pontos de links de internet na velocidade de 10Mbps.

5.3.1.3.1.1. Os pontos de links de internet na velocidade de 10Mbps a serem licitados em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal totalizam em **31 (trinta e um)**, onde **10 (dez)** pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Administração Municipal, bem como para futuras instalações.

5.3.1.4. PONTO DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO (incluso 01 (um) Routerboard RB4011iGS+RM 1400MHZ, NA VELOCIDADE DE 500Mbps:

Item	Local	Endereço	Mbps
01	Anexo I da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO	Rua 23 A - Nº1445 - Setor Aeroporto - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

5.3.1.4.1. No refere ao link de internet na velocidade de 500Mbps, só está elencado apenas **01 (um)** ponto.

5.3.2. Do Locais de Instalações - Fundo Municipal de Assistência Social de Colinas do Tocantins/TO.

5.3.2.1. execução dos serviços e instalação dos equipamentos constantes neste Termo de Referência, referente ao Fundo Municipal de Assistência Social devem ser entregues e instalados em locais citados abaixo, com as capacidades mínimas exigidas.

5.3.2.2. PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, NA VELOCIDADE DE 500Mbps

Item	Local	Endereço	Mbps
01	Secretaria Municipal de Assistência Social	Rua 03, N°2120 - Centro - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
02	CCI (Centro Convivência do Idoso)	Rua Goiás s/n setor sol nascente (em frente à casa lar) - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
03	CRAS (Maria de Fátima Rezende)	Araguaia n°839 - Setor São João - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
04	CRAS (Ivete Cominet Bolina)	Martin Lutherking, s/n° - Setor Santo Antônio - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
05	CRAS (Maria Cecília Lopes da Silva)	Rua das Acácias, n°1183 - Bairro Santa Rosa - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
06	CASA LAR	rua Goiás, n°643 - Sol Nascente - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
07	CREAS	rua Delta n°93 - Jardim Campo Clube - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
08	05 (cinco) Pontos não Elencados	A decidir	500 Mbps

5.3.2.2.1. Referente aos pontos que estão elencados, estes totalizam **12 (doze)** pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps.

5.3.2.2.1.1. Os pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps a serem licitados em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, totalizam em **12 (doze)**, onde **05 (cinco)** pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como para futuras instalações.

5.3.3. Do Locais de Instalações – Fundo Municipal do Meio Ambiente de Colinas do Tocantins/TO

5.3.3.1. A execução dos serviços e instalação dos equipamentos constantes neste Termo de Referência, referente ao Fundo Municipal do Meio Ambiente devem ser entregues e instalados em locais citados abaixo, com as capacidades mínimas exigidas.

5.3.3.2. PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, NA VELOCIDADE DE 500Mbps

Item	Local	Endereço	Mbps
01	Central Recpaa Ruraltins	Av. Tenete Siqueira Campos, S/n, Centro, Colinas do Tocantins - TO.	500 Mbps



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

02	Mercado Municipal	Rua 3, s/nº, Centro, Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
03	Terminal Rodoviário	Av. Raul Ribeiro de Oliveira, S/n, Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
04	Viveiro Municipal	Rua PI, S/n, Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
05	10 (dez) Pontos não Elencados	A decidir	500 Mbps

5.3.3.2.1. Referente aos pontos que estão elencados, estes totalizam **14 (quatorze)** pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps.

5.3.3.2.1.1. Os pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps a serem licitados em atendimento as necessidades do Fundo Municipal do Meio Ambiente totalizam em **14 (quatorze)**, onde **10 (dez)** pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, bem como para futuras instalações.

5.3.4. Do Locais de Instalações – Fundo Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO

5.3.4.1. A execução dos serviços e instalação dos equipamentos constantes neste Termo de Referência, referente ao Fundo Municipal de Saúde devem ser entregues e instalados em locais citados abaixo, com as capacidades mínimas exigidas.

5.3.4.1. PONTOS DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO, NA VELOCIDADE DE 500Mbps

Item	Local	Endereço	Mbps
01	Farmácia Básica	Avenida Tocantins, Nº1835 - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
02	Secretaria Municipal de Saúde	Rua Goianésia Nº1133, Novo planalto - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
03	Regulação e Clínica de Fisioterapia	Rua Melcíades José de Siqueira Nº531, 109-A, Centro - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
04	CEO	Avenida Tenente Siqueira Campos – 707 - Colinas do Tocantins/TO.	500 Mbps
05	CAPS ADIII	Rua Luiz Alves Guida Nº598 - Santo Antônio - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
06	CAPS II	Avenida Filadélfia, Nº272, Centro - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
07	Núcleo de Controle de Zoonose	Rua Goiás - S/N - Setor Sol Nascente - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
08	Vigilância Sanitária Ambiental e AME	Avenida Pedro Ludovico Teixeira, Nº721 - Centro - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
09	Unidade Básica de Saúde - Rodoviário	Rua 07 de Setembro Nº176, Setor Rodoviário - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
10	Unidade Básica de Saúde - Davino Teixeira	Rua Alto Parnaíba - S/N - Setor Santa Rosa - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
11	Unidade Básica de Saúde - Sol Nascente	Rua Goiás, Nº870 - Central - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
12	Unidade Básica de Saúde - Santa Maria	Rua Maurício Guedes - S/N - Setor Santa Maria - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
13	Unidade Básica de Saúde - São Cristóvão	Rua Luiz Alves Guida - S/N - Setor Santo Antônio - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
14	Unidade Básica de Saúde - Estrela do Norte	Rua Getúlio Vargas - S/N - Setor Estrela do Norte - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

15	Unidade Básica de Saúde - Nair Ferreira	Rua 03 Nº1241 - Setor Sul - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
16	Unidade Básica de Saúde - Jarmilão Sampaio	Rua Ruidelmar Limeira Borges Nº759 - Centro - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
17	Unidade Básica de Saúde - Laurindo Ferreira	Rua 28 Nº195, Setor Oeste - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
18	Laboratório	Rua Airtton Sena da Silva Nº705 - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
19	Unidade Básica de Saúde - Araguaia II	Rua Mineiros - S/N - Novo Planalto - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
20	Unidade Básica de Saúde - Gerson de Oliveira	Rua do Rotary Nº237, Jardim Campo Club - Colinas do Tocantins/TO	500 Mbps
21	Unidade Básica de Saúde - Maria Martins		500 Mbps
22	10 (dez) pontos não elencados	A decidir	500 Mbps

5.3.4.1.1. Referente aos pontos que estão elencados, estes totalizam **31 (trinta e um)** pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps.

5.3.4.1.1.1. Os pontos de links de internet na velocidade de 500Mbps a serem licitados em atendimento as necessidades do Fundo Municipal de Saúde totalizam em **31 (trinta e um)**, onde **10 (dez)** pontos excedentes serão destinados a outros locais que não foram elencados, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, bem como para futuras instalações.

5.3.4.1.2 PONTO DE LINK DE INTERNET CORPORATIVO COM IP DEDICADO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO, NA VELOCIDADE DE 700Mbps

Item	Local	Endereço	Mbps
01	Hospital Municipal de Colinas - HMC	Avenida Tiradentes, número 480, Lote 1, Campinas - Colinas do Tocantins/TO	700 Mbps

5.3.4.1.2.1. No refere ao link de internet na velocidade de 700Mbps, só está elencado apenas **01 (um)** ponto.

5.4. DAS ESPECIFICAÇÕES

5.4.1. Acesso direto à internet, não pode ser “neutra” e não necessitando de contratação de provedores ou serviços de terceiros.

5.4.2. O link de acesso não poderá possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço.

5.4.3. O Link Dedicado com a Internet deve ser entregue no Ponto Central com redundância através de 2 (duas) conexões distintas entre o ponto de presença da Empresa e os Pontos da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO. A conexão que ficar como a de “backup” deverá suportar no mínimo 100% (cem por cento) da velocidade de 100Mbps. Neste Link de Backup/Contingência a Empresa poderá ficar no máximo em 24hs.

5.5. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS SOLICITADAS

5.5.1. Garantia de conexão 24 horas por dia e 7 dias por semana;

5.5.2. Garantia total da banda contratada com redundância;

5.5.3. Link Simétrico, mesma velocidade de download e upload;



5.5.4. Velocidade do Link de conexão com a Internet de acordo com o solicitado por cada órgão;

5.5.5. Suporte Técnico para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Colinas (Manhã 07h15min às 11h15min - Tarde: 13h15min às 17h15min) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico;

5.5.6. Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Administração Municipal para fins de análise do problema em no máximo 45 minutos;

5.5.7. A empresa deverá possuir outorga da ANATEL para explorar os Serviços SCM;

5.5.8. A taxa de transmissão deverá sempre estar disponível na totalidade do fluxo contratado e não deve incluir a taxa de overhead de protocolos até a camada 2 do modelo OSI;

5.5.9. A interligação deve ser em conexão permanente, dedicada e exclusiva, desde as dependências da Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente até a conexão à infraestrutura de comunicação da Contratada, obedecendo às recomendações elaboradas pela Electronic Industries Alliance/Telecommunications Industry Association EIA/TIA e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de serviços de acesso à internet (Internet Service Providers) e demais normas, quando couber;

5.5.10. Ser provido com base em uma infraestrutura de fibra-óptica, como meio de acesso, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso.

5.5.11. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço.

5.5.12. Após a implantação do link, solicitações de instalação, retirada e alteração de características físicas já existentes, incluindo as configurações em equipamentos de comunicação de dados decorrentes dessas mudanças, dar-se-ão através de solicitações formais por parte do Contratante, sendo que estas solicitações deverão ser executadas pela Contratada em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.

5.6. INSTALAÇÃO DO LINK DEDICADO:

5.6.1. O Link Dedicado deverá ser instalado e configurado no DataCenter da Prefeitura Municipal de Colinas, de modo que, todos os computadores das Redes dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente deverão acessar integralmente todos os serviços da Internet (Navegação, envio e recebimento de E-mails, FTP e todos os demais serviços) sem qualquer restrição ou distinção. Tudo deve ser providenciado antecipadamente e de forma programada para que os servidores municipais possam ser devidamente configurados com os novos endereços IP e possam se manter em pleno funcionamento, sem quaisquer transtornos, tornando o processo de instalação o mais transparente possível.

5.6.2. A empresa contratada, deverá instalar e configurar o Link Central, deixando o mesmo em total funcionamento, navegando na Internet utilizando as configurações de Proxy (Squid) e regras de firewall utilizadas pela Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.



5.6.3. Os equipamentos necessários para a interligação (modems, ONU, roteadores, etc...) deverão ser fornecidos pela Contratada.

5.7. PRAZO PARA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO LINK CENTRAL

5.7.1. O Link Central deverá ser instalado e configurado nos equipamentos fornecidos pela Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente (Servidor de Internet) num prazo de 5 (cinco) dias corridos podendo ser prorrogado até 7 (sete) dias corridos a contar da data de assinatura do Contrato.

5.7.2. A Empresa vencedora deverá instalar e testar o ponto central. A ativação do mesmo para fins de contrato somente será efetivado a partir do momento que a Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente emitirem a Ordem de Ativação do mesmo. E esta ativação deverá ser executada num prazo máximo de 24hs.

5.8. PRAZO PARA SUPORTE DO LINK DEDICADO:

5.8.1. Suporte Técnico para o Link, deverá ser prestado em horário de expediente da Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente contratante (07h15 as 17h15) com prazo máximo de 04 horas para solução de problemas, após a abertura do chamado técnico.

5.8.2. Após a abertura do chamado técnico, este deverá estar no local ou entrar em contato com a Secretaria contratante para fins de análise do problema em no máximo 45 minutos.

5.9. A SOLUÇÃO DEVERÁ, TECNOLOGICAMENTE, ESTAR BASEADA EM EQUIPAMENTOS QUE UTILIZEM PADRÕES VIGENTES NO MERCADO E MARCAS LÍDERES NA SUA ÁREA, PROPICIANDO A SEGURANÇA DOS DADOS.

5.9.1. A Contratada deverá disponibilizar os links do objeto desta contratação, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento dos mesmos.

5.9.2. A Contratada, sempre que necessitar realizar manutenções preventiva ou de ampliação em sua estrutura (Links de Acesso, substituição de meio físico, dentre outros), que possam acarretar a paralisação ou baixa de performance na comunicação do Link Central e/ou Unidades Remotas, deverá comunicar a Contratante com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

5.9.3. A Contratada se responsabiliza pela substituição dos equipamentos em caso de defeitos (queima por descarga elétrica, superaquecimento, falha do equipamento). A substituição deverá ser feita em no máximo 2 (duas) horas após aberto o chamado.

5.9.4. Os equipamentos, necessários à interligação das redes, serão fornecidos pela Contratada.

5.9.5. A Contratada deverá fornecer um número de telefone para Suporte Técnico de Emergência - 24 horas (fora do horário de expediente, finais de semana e feriados), para casos de pane ou defeito nos equipamentos que provoquem a paralisação do Link Central.

5.10. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.10.1. O atendimento às solicitações de manutenção deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (uma) hora a contar do registro do chamado técnico.



5.10.2. Em casos de interrupção total do sinal de internet, o restabelecimento completo do serviço deverá ocorrer em até 2 (duas) horas, tendo em vista que a Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, realizam atendimentos que dependem diretamente da conectividade para o funcionamento adequado de seus sistemas e serviços.

5.10.3. Nas unidades de atendimento ao público, o mesmo prazo deverá ser observado: atendimento técnico em até 1 (uma) hora e restabelecimento do serviço em até 2 (duas) horas após a ocorrência.

5.10.4. Em caso de indisponibilidade dos links causada por defeitos nos materiais, rompimento, defeitos em fusões ou outros problemas de natureza física, os links afetados deverão ser restabelecidos em, no máximo, 02 (duas) horas;

5.10.5. Durante a vigência do contrato, deverá ser disponibilizado um número de telefone que possibilite um atendimento de 24 (vinte e quatro) horas/dia, 7 (sete) dias por semana, para eventuais chamados técnicos. Este número atuará como central de atendimento das ocorrências do serviço; as ligações para ele efetuadas. Se necessário, a Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO abrirá as ocorrências diretamente com o consultor responsável a ser designado pela CONTRATADA. Para cada ocorrência de serviço, a licitante deverá disponibilizar um identificador único (número de chamado) para facilidade no acompanhamento das soluções;

5.10.6. A abertura dos chamados técnicos poderá ser efetuada por toda a Equipe de TI (Tecnologia e Informação) e o seu fechamento ficará condicionado ao aceite daquele departamento;

5.10.7. Atendimento em Finais de Semana e Feriados

5.10.7.1. A empresa contratada deverá disponibilizar atendimento técnico e suporte operacional ao Fundo Municipal de Saúde também aos finais de semana e feriados, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e ininterruptos de saúde pública.

5.11. DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

5.11.1. O serviço prestado deverá ter sua qualidade medida mensalmente, para fins de pagamento, por meio dos seguintes critérios:

5.11.1.1. Disponibilidade do link de comunicação de dados conforme critérios estabelecidos;

5.11.2. Latência, Tempo de Resposta, Taxa de erro e perda de pacotes, de acordo com critérios estabelecidos.

5.11.3. Disponibilidade da Central de Atendimento conforme períodos e horários exigidos;

5.11.4. Agilidade, cortesia e presteza no atendimento do suporte técnico;

5.11.5. Eficiência das soluções definitivas apresentadas;

5.11.6. Nenhuma penalidade aplicada à Contratada no período;

5.11.7. Atendimento às demais exigências contratuais

5.12. PADRONIZAÇÃO:



5.12.1. Os links serão dedicados para cada conexão e que garantam largura de banda de 100% (cem por cento) para tráfego de aplicações IP (Internet Protocol) de qualquer classe de serviço. Caso a contratada não disponha da velocidade solicitada, deverá ser fornecido link na velocidade superior, porém, o preço a ser pago não poderá ser superior ao do link solicitado;

5.12.2. As velocidades deverão ser simétricas;

5.13. DISPONIBILIDADE:

5.13.1. A disponibilidade do serviço será calculada por link para período de um mês (trinta dias), terá como data de início sempre o primeiro dia de cada mês. Quando da ativação os dias serão consecutivos a partir da ativação do serviço até o último dia do mês. O serviço deverá estar disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano, para todos os níveis de serviço.

5.14. ATRASO:

5.14.1. É o tempo médio máximo admissível na transmissão de um pacote IP. Atraso bidirecional [ida e volta (RTT - Round Trip Time definido no RFC 2681)], onde RTT é o tempo de ida e volta de um pacote ao longo de todo o link. Isto também indica se a qualidade da conexão é boa ou não, pois representa o retardo sofrido pelo pacote nos diversos elementos de rede no caminho.

5.14.2. Será admitido um retardo máximo de 60ms;

5.14.3. Será admitido um jitter máximo de 40ms;

5.14.4. A aferição da ocorrência ou não de atraso, bem como a sua variação na conexão, não pode ser feita predefinindo um dia da semana, duração e horário, porque o estado da rede se altera no decorrer do período. Portanto, será necessário realizar várias amostragens de teste durante todo o período de interesse de realização da aferição de 8 horas ou 24 horas;

5.14.5. O tempo de cada amostragem será de pelo menos 60 minutos com intervalo entre as amostragens de 15, 30 ou 60 minutos, dependendo da solicitação da Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente. A conexão será testada com carga.

5.14.6. Os atrasos ou suas variações decorrentes de equipamentos da Administração Municipal serão desconsiderados.

5.15. INOPERÂNCIA:

5.15.1. Tempo de inoperância: Será considerado como tempo de inoperância a partir da abertura do chamado técnico com a contratada até o restabelecimento do link às condições normais de operação, computado em minutos.

5.15.2. Quando da ocorrência de inoperância e a responsabilidade for da contratada, será considerada a contagem de inoperância no período de 24 horas por dia, 7 dias por semana, todos os dias do ano. A contagem da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês, incorrendo em penalidade.



5.15.3. Tempo TOTAL de inoperância: É a soma dos tempos de inoperância no intervalo de um mês, por link, acumulados em minutos. A contagem total da inoperância será sempre a partir do primeiro minuto do primeiro dia de cada mês até as vinte e quatro horas do último dia do mês.

5.15.4. O tempo total de inoperância máximo permitido será de 259 minutos por ano.

5.16. SUPORTE DE SERVIÇOS:

5.16.1. Quando da ocorrência de falha no link a contratada deverá efetuar a verificação de todo o enlace (modems e link).

5.16.2. A Prefeitura Municipal de Colinas também apurará os tempos de falha e em caso de discordância entre os valores apurados pela Administração o contratado, será aplicado o valor médio e posterior avaliação para levantar os valores reais.

5.16.3. Deverão ser efetuados testes de verificação de qualidade de transmissão, pelo contratado dos serviços, sempre que houver solicitação da Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, sem custos adicionais.

5.16.4. A contratada deverá manter uma central de serviços para atendimento técnico com um número telefônico, com chamadas franqueadas, para o registro de chamados no período de 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.

5.16.5. Somente serão aceitas solicitações técnicas oriundas da Área de TI da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO.

5.16.6. Manutenção do link com defeito. Os serviços de assistência técnica serão realizados em qualquer horário, sete dias por semana.

5.16.7. Em caso de impedimento de acesso dos técnicos da contratada ao local da ocorrência, que seja de responsabilidade da Prefeitura, o prazo de atendimento passará a ser contado a partir do acesso do técnico ao local, para a resolução do problema.

5.16.8. As interrupções programadas para manutenções preventivas, serão efetuadas no período compreendido entre 00:00 e 06:00 horas, horário de Brasília, de domingo e/ou segunda-feira, e comunicadas a Prefeitura Municipal de Colinas com antecedência mínima de cinco dias, sendo que este tipo de serviço só será realizado com o aval da Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente. Quando este período for extrapolado, incorrerá em penalidade; Casos excepcionais deverão ser tratados de comum acordo com a Administração. Quando o prazo mínimo de cinco dias de comunicação não for obedecido, ou a Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, não forem informados, incorrerá em penalidade.

5.17. INSTALAÇÃO:

5.17.1. Quando da assinatura do contrato a contratada terá até 5 (cinco) dias uteis podendo ser prorrogado até 7 (sete) dias uteis para efetuar a instalação, incluindo o prazo de aprovação do projeto pela empresa detentora da infraestrutura a ser utilizada.

5.17.2. A empresa fornecedora do link deverá disponibilizar software de monitoramento de atividades dos links contemplando no mínimo as informações abaixo relacionadas:



- a) Gerar diferentes perfis de interface e de visualização por usuário logado;
- b) Monitoramento do status de portas (ativa, desconectada, administrativamente desativada);
- c) Monitoramento de status de link;
- d) Monitoramento de largura de banda (SNMP, SFlow ou similar);
- e) Monitoramento de tempo de atividade e ou tempo de queda;
- f) Geração de relatórios com diversos níveis de granularidade;
- g) Disponibilização de acesso para usuário da Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, com permissão para acessar e visualizar o status do link em tempo real;
- h) Instalar e manter inventário dos equipamentos de rede (marca/modelo).

5.18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.18.1. O fornecedor está sujeito à fiscalização dos serviços, reservando-se a esta Administração Municipal, através do responsável, o direito de negar o fornecimento dos serviços de internet e intranet, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias, com fornecimento de serviços inferiores ao contratado.

5.18.2. A empresa Contratada deverá cumprir obrigatoriamente o prazo, salvo em caso de alterações solicitadas pela Administração Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Saúde e Meio Ambiente, que deverão ser comunicadas num prazo não inferior a 48 horas antes da respectiva entrega.

5.18.3. As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério desta Administração Municipal.

5.18.4. As despesas decorrentes de frete e transporte, e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto, ora contratado, correrão por conta e risco exclusivo da empresa vencedora, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

5.18.5. Fica reservado a este Fundo em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos serviços ofertado. Para tanto, os serviços serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os serviços considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituído.

5.18.6. A empresa Contratada obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo de Referência de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

5.18.7. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da empresa a ser contratada para efetuar a substituição do mesmo.



5.18.8. A empresa a ser contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento) dos serviços licitado.

5.18.9. Deverão ser atendidas pela empresa a ser contratada além das determinações da fiscalização desta Administração Municipal, todas as prescrições que por circunstância da lei devam ser acatadas.

5.18.10. O fornecimento dos serviços deverá ser realizado com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e pessoas ligadas à atividade, observadas as normas e leis em vigor.

5.18.11. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Termo de Referência, obedecer rigorosamente às disposições legais pertinentes.

VI – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

6.1. Da Fiscalização

6.1.1. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste Termo de Referência serão fiscalizados pela CONTRATANTE, por intermédio da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO, através da servidora **MAYLA LORENNIA MOREIRA SILVA**, designada pela Portaria nº 399, de 09 de junho de 2025, que acompanhará a execução dos serviços, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

6.1.2. Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o CONTRATANTE e o Fiscal do Instrumento Contratual, além das competências constantes no art. 12 do Anexo VI – Gestão e Fiscalização de Contratos e no art. 17 do Anexo VIII – Agentes Públicos, ambos anexos do Decreto nº 07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO, cabendo ainda ao Fiscal do Instrumento Contratual as seguintes atribuições:

- a) Prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;
- b) Manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível;
- c) Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
- d) Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
- e) Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
- f) Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, bem como as notas fiscais e faturas correspondentes à sua prestação;
- g) Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços fornecidos pela contratada;



- h) Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- i) Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para pagamento e, após o ateste, encaminhar ao gestor do contrato;
- j) Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais;
- l) Dirimir dúvidas que surgirem no curso da execução do Instrumento Contratual e dar ciência à Administração, observando, no que couber, as disposições constantes neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

6.1.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4. A fiscalização não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, ainda que não indicada pela fiscalização da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais participantes.

6.1.5. A comunicação entre a Fiscalização e a CONTRATADA será realizada por meio de correspondência oficial e registros formais acerca da prestação dos serviços do objeto.

6.2. Da Gestão do Instrumento Contratual

6.2.1. A gestão do Instrumento Contratual será realizada pela Gestora de Contrato da Secretaria Municipal de Administração, através da servidora **JORDÂNIA ALVES DE SOUSA RODRIGUES, designada pela Portaria nº 31, de 02 de janeiro de 2025**, a fim de exercer as funções de gestão contratual, conforme segue:

6.2.1.1. A Gestora do Instrumento Contratual coordenará a atuação na rotina de acompanhamento e fiscalização do Instrumento Contratual, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo de ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, conforme inciso IV do art. 16 do Anexo VIII do Decreto nº 07/2024.

6.2.1.2. As comunicações e determinações da Gestora do Instrumento Contratual à CONTRATADA serão feitas por escrito, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal, que deverá ser reduzida a termo, podendo ser utilizado meio eletrônico para esse fim.

6.2.1.3. A Gestora do Instrumento Contratual acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho e pagamento, bem como anotará eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação da despesa, conforme inciso III do art. 16 do Anexo VIII do Decreto nº 07/2024.



6.2.1.4. A Gestora do Instrumento Contratual acompanhará os registros realizados pelos fiscais ou terceiros contratados quanto às ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência, conforme inciso II do art. 16 do Anexo VIII do Decreto nº 07/2024.

6.2.1.5. A Gestora do Instrumento Contratual realizará o recebimento definitivo do objeto, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme inciso VI do art. 16 do Anexo VIII do Decreto nº 07/2024.

6.2.1.6. A Gestora do Instrumento Contratual adotará as providências necessárias à formalização de processo administrativo de responsabilização, para fins de aplicação de sanções, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1.7. Compete à Gestora do Instrumento Contratual observar, no que couber, as atribuições constantes no art. 12 do Anexo VI e no art. 17 do Anexo VIII do Decreto nº 07/2024, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento são obrigações das partes:

7.1. Do (s) Fornecedor (es) Beneficiário (s) da ARP:

7.1.1. A Contratada/Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir disposta.

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.1.3. Cumprir integralmente este Termo de Referência e o Instrumento Contratual a legislação vigente, a proposta, os critérios de Sustentabilidade Ambiental, bem como, todas as orientações do Contratante.

7.1.5. Instalar os equipamentos sem ônus para a Administração Municipal.

7.1.6. Durante a vigência do contrato a responsabilidade por todo o equipamento será por conta da Contratada e todas as manutenções de rotina, no mínimo uma por mês deverá ser de responsabilidade da contratada.

7.1.7. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto;

7.1.8. Substituir, no prazo já estipulado, qualquer material que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, que apresentem defeitos ou esteja em conformidade com as especificações do Instrumento Contratual e/ou na nota de empenho.

7.1.9. Dispor, em seu quadro de pessoal, de empregados treinados e aptos para a realização das atividades a serem executadas.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

7.1.10. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio da Contratada ou a terceiros, decorrente da ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

7.1.11. Manter sigilo e confidencialidade de todo o teor das informações a que tiver acesso por força do Instrumento Contratual, sob pena de não o fazendo, responder pelos danos e prejuízos decorrentes da divulgação indevida.

7.1.12. Arcar com o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto do contrato, não havendo relação empregatícia entre a Contratada e os empregados da Contratante.

7.1.13. Assumir toda e qualquer reclamação e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais por prejuízos havidos e originados da execução do Instrumento Contratual, e que sejam ajuizadas contra o Contratante por terceiros.

7.1.14. Respeitar as normas internas da CONTRATANTE quanto a acessos do pessoal, entrada e saída de materiais, bem como quanto à utilização de uniforme do funcionário destacado para prestação dos serviços nos órgãos, em completa condição segurança.

7.1.15. Fornecer toda a mão de obra necessária e indispensável à completa e perfeita execução dos serviços;

7.1.16. Manter durante toda a execução do Instrumento Contratual, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório.

7.1.17. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.1.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a entidade, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Instrumento Convocatório, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.1.19. Proporcionar ao Fiscal e Gestor do Contrato pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos, conforme parâmetros definidos, não podendo haver limitações para qualquer período solicitado.

7.1.20. É dever Contratada manter durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço ou outro Instrumento Contratual equivalente, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o ÓRGÃO



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

GERENCIADOR/CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.1.21. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do Instrumento Contratual, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

7.1.22. Atender com prontidão às reclamações por parte do recebedor do objeto.

7.1.23. Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame.

7.1.24. Será vedada a subcontratação de outra empresa ou o consórcio de empresas para o fornecimento dos produtos contratados.

7.1.25. Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade da entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

7.1.26. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

7.1.27. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE.

7.1.28. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Termo de Referência, de acordo com as especificações determinadas neste, assumindo a responsabilidade técnica pela execução dos mesmos.

7.1.29. Comunicar de imediato a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários.

7.1.30. Comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado.

7.1.32. Responsabilizar-se pelas obrigações trabalhistas ou previdenciárias, decorrentes da relação empregatícia entre ela e seus prepostos e empregados que forem designados para a execução do objeto contratado.

7.1.33. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou objeto que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Gerenciador/Órgão não participante ou a terceiros,



resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

7.1.34. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº14.133, de 2021).

7.1.35. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.1.36. Formalizar pedido de cancelamento dos preços registrados em decorrência de caso fortuito ou força maior ou se não houver êxito nas negociações, conforme previsto nas alíneas II e III do art. 29 do Decreto Nº11.462/2023, comprovando e justificando seu pedido.

7.1.37. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou objeto que possa advir, direta ou indiretamente causado ao Órgão Gerenciador/Órgão não participante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

7.1.38. Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

7.1.39. Comunicar ao Órgão Gerenciador da modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP.

7.1.40. Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias.

7.1.41. Consultar e certificar-se com antecedência junto ao (s) seu (s) fornecedor (es), quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

7.1.42. Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas.

7.2. Do Órgão Gerenciador da ARP

7.2.1. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e

7.2.2. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação da ARP por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 35 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

7.2.3. Remanejar os quantitativos da ARP, observado o disposto no art. 30 do Decreto Nº11.462/2023.

7.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada/Detentora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de aquisição;

7.2.5. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações constantes neste Termo de Referência;

7.2.6. Caberá a prática de todos os atos de controle e administração deste Registro de Preços;

7.2.7. Providenciar a assinatura e a publicação da ARP;

7.2.8. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, acompanhando, gerenciando e fiscalizando sua execução;

7.2.9. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

7.2.10. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

7.2.11. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

7.2.12. Arcar com as despesas de publicação do extrato da ARP;

7.2.13. Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;

7.2.14. Receber provisória e definitivamente o material solicitado e efetivamente entregue;

7.2.15. Atestar, através de servidor responsável, a (s) Nota (s) fiscal (is) emitidas pela Fornecedor;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

- 7.2.16. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP;
- 7.2.17. Aplicar as Infrações e Sanções Administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- 7.2.18. Notificar à Fornecedora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário.
- 7.2.19. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados na ARP, realizando periodicamente pesquisa de mercado demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado;
- 7.2.20. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercados;
- 7.2.21. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as Infrações e Sanções Administrativas decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- 7.2.22. Notificar a Fornecedora/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 7.2.23. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP deste que não haja impedimento legal para o ato;
- 7.2.24. Autorizar ou não a adesão de Órgãos não Participantes da ARP e consequentemente a aquisição ou contratação observado o prazo de validade da ARP.
- 7.2.25. Consultar a (s) detentora (s) da Ata de Registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a órgãos não participante (s) que externem a intenção de utilizar a ARP;
- 7.2.26. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o gestor da ARP convocará o fornecedor para verificar a possibilidade de cumprir o compromisso.
- 7.2.26.1. Caso o fornecedor não tenha condições de cumprir os termos e condições da ARP, será liberado do compromisso, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- 7.2.26.2. Na hipótese do subitem 7.2.26.1 o gestor da ARP deverá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para igual verificação.



7.2.26.3. Não havendo êxito nas negociações nas hipóteses do subitem 7.2.26.1. caso a elevação dos preços no mercado tenha sido decorrente de fatos supervenientes e circunstâncias excepcionais devidamente comprovadas, poderá a Administração Municipal promover a alteração dos preços registrados na ARP, desde que observadas as seguintes condições:

7.2.26.3.1. Trate o objeto da ARP de bem ou serviço imprescindível para a Administração;

7.2.26.3.2. Haja justificativa robusta e contextualizada da repercussão superveniente e relevante na cadeia de produção dos bens e serviços, afetando a formação de preços no mercado relevante;

7.2.26.3.3. Seja realizada pesquisa de preços demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado;

7.2.26.3.4. Haja concordância do fornecedor quanto aos novos preços.

7.2.26.4. Não havendo êxito nas negociações prevista neste artigo, a Administração Municipal deverá proceder o cancelamento da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3. Do (s) Órgão (s) Não Participante (s)

7.3.1. Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços.

7.3.2. Responsabilizar-se pela realização e arcar com as despesas de publicação do Termo de Adesão da ARP;

7.3.3. Identificar o objeto e o quantitativo que tem interesse em fazer adesão, não excedendo a **50 % (cinquenta por cento)** dos quantitativos totais dos itens registrados na ARP, para o Órgão Gerenciador. **(Art. 36 Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO e inciso I do art. 32 da Lei 14.770/2023 e art. 86, § 4º da Lei Nº14.133/2021).**

7.3.3.1. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços. **(Inciso II do art. 32 do Decreto Nº11.462/2023).**

7.3.4. Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, após a autorização do Órgão Gerenciador, prorrogável, excepcionalmente, por igual período, observado o prazo de vigência da ARP. **(§ 5º do art. 53 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO).**



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

7.3.5. Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

7.3.6. Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3.7. Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, infrações e penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

7.3.8. Prestar à Detentora/Fornecedora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;

7.3.9. Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;

7.3.10. Informar a Fornecedor/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro Documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário;

7.3.11. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedor/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato.

VIII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial deste Contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total deste contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar este Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);

8.2.2. Multa:

8.2.2.1. Para a infração prevista no item 8.1.6, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.2.2. **Moratória** de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.2.2.2.1. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. Da Lei Nº14.133/2021.

8.2.2.3. **Compensatório** de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.2.2.4. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7 do item 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº14.133/2021).

8.2.2.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens, 8.1.8, e 8.1.9 do item 8.1, bem como os subitens 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6 e 8.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei Nº14.133/2021).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (Art. 159 da Lei Nº14.133/2021).

8.5. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (Art.160 da Lei Nº14.133/2021).

8.6. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art.161 da Lei Nº14.133/2021);

8.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 Lei Nº14.133/2021.

8.8. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da notificação.

8.9. A Prefeitura Municipal ou os Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde, poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas, sendo que o valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE respondendo a CONTRATADA pela sua diferença, a qual deverá ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua notificação oficial quando ocorrer.

8.10. A critério da Prefeitura Municipal ou os Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na prestação dos serviços for devidamente justificado pela Contratada e aceito pela Contratante que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

IX – DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste Termo de Referência será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se os artigos 59 e 60 do Decreto Nº 07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº 14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO).

9.1.1. O pagamento será feito em favor da Contratada através de ordem ou transferência bancária em sua conta corrente e será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro do processo de contratação.

9.2. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

9.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no caput, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pelo fiscal do Contrato cumprimento pela Contratada de todas as condições pactuadas.

9.4. Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

9.4.1. A Nota Fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do Nº do Processo, Nº da Pregão Eletrônico e Nº da ARP ou do Contrato, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9.4.2. O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro do processo de contratação.

9.4.3. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de certidões que comprovem a regularidade fiscal da **CONTRATADA** em âmbito Federal, Estadual e Municipal, Justiça do Trabalho, além da Certidão que comprovem regularidade de contribuições relativas ao FGTS.

9.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que, o mesmo, providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Colinas do Tocantins/TO.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

9.6. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

9.7. A Prefeitura Municipal e os Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde, poderão sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

9.7.1. A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo Fiscal de Contrato.

9.7.2. Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

9.7.3. A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Prefeitura Municipal e dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde do município de Colinas do Tocantins/TO.

9.7.4. Débito da **CONTRATADA** para com a Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO, quer proveniente da execução do objeto de Termo de Referência, quer de obrigações de outros contratos.

9.7.5. Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração os demais itens e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

9.8. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa da Prefeitura Municipal e/ou dos Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde do município de Colinas do Tocantins/TO, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação INPC do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

9.9. Na hipótese de o pagamento não ocorrer dentro do prazo previsto no Instrumento Contratual e a contratada não ter concorrido para a perda do prazo, deverá ser priorizado, observada a ordem cronológica das datas das demais exigibilidades pendentes de pagamento, conforme previsto no § 2º do art. 59 do Decreto Nº07, de 31 de janeiro de 2024 que regulamenta a Lei Nº14.133/2021 no Município de Colinas do Tocantins/TO.

9.10. Fica vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado, parcial ou total, relativo à prestação dos serviços objeto deste Contrato, conforme preconiza o art. 145 da Lei nº 14.133/2021.



Estado do Tocantins
Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins
CNPJ 01.795.483/0001-20
Secretaria Municipal de Administração
Gestão 2025/2028

9.11. A Prefeitura Municipal e os Fundos Municipais de Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde do município de Colinas do Tocantins/TO, reservam-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

9.12. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

9.13. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.

X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos orçamentários afetos ao Órgão Gerenciador e aos Órgãos Participantes no que couber.

XI – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pela razão abaixo justificada:

11.1.1. Pela forma de pagamento que acontece somente após o recebimento definitivo do objeto.

XII – APÊNDICE

12.1. Estudo Técnico Preliminar Nº025/2026/PMCO/TO.

ELLÂINE SANTOS
Portaria Nº156 de 02/02/2026

LUANA MARQUES DE OLIVEIRA
Portaria Nº156 de 02/02/2026

MARA PATRICIA MAIONE MENDES OLIVEIRA
Portaria Nº156 de 02/02/2026

Termo de Referência aprovado pela Secretaria Municipal de Administração.